

Geru Sociedade de Crédito Direto S.A.

(Anteriormente denominada Open Co Sociedade de Crédito
Direto S.A.)

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do
auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 253SQ-021-PB



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	4
Demonstrações financeiras	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024	12

Relatório da Administração

Em atendimento à exigência prevista nas normas do Banco Central do Brasil (“BACEN”), a Administração da Geru Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia” ou “Geru SCD”) (anteriormente denominada Open Co Sociedade de Crédito Direto S.A.) tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Operacionalização: A Companhia tem por objeto a realização de empréstimos e de financiamentos exclusivamente por meio de plataforma eletrônica e emissão de moeda eletrônica, nos termos da regulamentação em vigor.

A Administração da Companhia atesta que tem capacidade econômica e financeira de oferecer tais produtos sem comprometer o limite do seu capital próprio, conforme determinado por seu órgão regulador.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

A Administração

São Paulo, 28 de março de 2025.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 - 4º andar,
Flamengo - Rio de Janeiro (RJ) Brasil
T +55 21 3512-4100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Geru Sociedade de Crédito Direto S.A.
(anteriormente denominada Open Co Sociedade de Crédito Direto S.A.)
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Geru Sociedade de Crédito Direto S.A. (anteriormente denominada Open Co Sociedade de Crédito Direto S.A.) (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Geru Sociedade de Crédito Direto S.A. (anteriormente denominada Open Co Sociedade de Crédito Direto S.A.) em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em **31** de dezembro de **2023**, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de **26** de março de **2024**, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no **Brasil** aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo **Banco Central do Brasil (Bacen)**, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, **28** de março de **2025**

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2



Ana Cristina Linhares Areosa
Contadora CRC IRJ-081.409/O-3



Geru Sociedade de Crédito Direto S.A.
(anteriormente denominada Open Co Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023	Passivo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	4	7.281	6.518	Fornecedores		6	427
Títulos e valores mobiliários	5	1.487	-	Partes relacionadas	18	1.009	-
Operações de crédito	6	47	-	Fiscais e previdenciários	8	282	70
Outros ativos	7	48	64	Outras obrigações	9	1.129	-
Total ativo circulante		8.863	6.582	Total passivo circulante		2.426	497
Créditos tributários	17.2	-	17	Provisão para riscos judiciais	21	12	-
Total ativo não circulante		-	17	Total passivo não circulante		12	-
Total ativo		8.863	6.599	Patrimônio líquido			
				Capital social	10.1	6.000	6.000
				Reserva legal	10.2	119	102
				Dividendos não distribuídos	10.3	306	-
				Total do patrimônio líquido		6.425	6.102
				Total passivo e patrimônio líquido		8.863	6.599

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Geru Sociedade de Crédito Direto S.A.
(anteriormente denominada Open Co Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas de prestação de serviços	11	12.500	7.927
Rendas de operações de crédito	12	524	271
Resultado bruto da intermediação financeira		13.024	8.198
Outras receitas (despesas) operacionais		(12.657)	(8.238)
Outras receitas	14	90	50
Despesas administrativas	15	(11.803)	(7.784)
Despesas tributárias	16	(911)	(500)
Outras despesas operacionais		(33)	(4)
Resultado operacional		367	(40)
Resultado financeiro		91	158
Receita financeira	13	91	158
Resultado antes da tributação sobre o lucro		458	119
Imposto de renda e contribuição social		(136)	(32)
Imposto de renda	17.1	(81)	(12)
Contribuição social	17.1	(38)	(8)
Ativo fiscal diferido	17.2	(17)	(12)
Lucro líquido do exercício		323	86
Quantidade de ações		6.000.000	6.000.000
Lucro por ação - R\$	10.4	0,05	0,01

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Geru Sociedade de Crédito Direto S.A.
(anteriormente denominada Open Co Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	323	86
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>323</u>	<u>86</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Geru Sociedade de Crédito Direto S.A.
(anteriormente denominada Open Co Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Capital a liberar</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Dividendos não distribuídos</u>	<u>Lucros/ (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022		1.000	5.000	16	-	-	6.016
Capital social	10.1	5.000	(5.000)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	86	86
Reserva legal	10.2	-	-	86	-	(86)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		6.000	-	102	-	-	6.102
Mutações do exercício		5.000	(5.000)	86	-	-	86
Saldo em 31 de dezembro de 2023		6.000	-	102	-	-	6.102
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	323	323
Reserva legal	10.2	-	-	17	-	(17)	-
Dividendos não distribuídos	10.3	-	-	-	306	(306)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		6.000	-	119	306	-	6.425
Mutações do exercício		-	-	17	306	-	323

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Geru Sociedade de Crédito Direto S.A.
(anteriormente denominada Open Co Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	323	86
Ajustes ao lucro		
Provisão para riscos judiciais	12	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício ajustado	335	86
Variação em ativos e passivos:		
(Aumento) redução em aplicações financeiras	(1.487)	-
(Aumento) redução créditos tributários	33	12
(Aumento) operações de crédito	(47)	-
(Aumento) Redução de relações interfinanceiras	- #	5.000
(Aumento) redução de ativos diversos	-	(56)
(Aumento) redução de outras obrigações e provisões	1.929	308
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	763	5.350
Variação total em caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	763	5.350
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.518	1.168
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.281	6.518
Variação total em caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	763	5.350

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Geru Sociedade de Crédito Direto S.A. (anteriormente denominada Open Co Sociedade de Crédito Direto S.A.) (“Companhia” ou “Geru SCD”), constituída em 19 de agosto de 2019, é uma instituição domiciliada no Brasil, subsidiária da Open Co Holding Limited, e tem sua sede social na Rua Mateus Grou, 476, 4º andar, Pinheiros, São Paulo, Capital, cuja autorização para operar foi concedida pelo Banco Central do Brasil em 13 de maio de 2020.

A Companhia tem por objeto social: (i) a realização de operações de empréstimo e de financiamento exclusivamente por meio de plataforma eletrônica e com a utilização de capital próprio; (ii) a emissão de moeda eletrônica, nos termos da regulamentação em vigor (instrumento que permite a uma empresa gerenciar conta de pagamento do tipo pré-paga, conforme autorizado pelo Banco Central através da Resolução nº 4.656, a qual regulamentou as atividades das Sociedades de Crédito Direto); (iii) emissão de instrumento de pagamento pós-pago; e (iv) iniciador de transação de pagamento.

Em 1º de novembro de 2024, o Banco Central do Brasil, por despacho nesta data, autorizou a mudança da denominação social dessa Companhia de Open Co Sociedade de Crédito Direto S.A. para Geru Sociedade de Crédito Direto S.A. e a alteração do estatuto social dessa Companhia, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 16 de setembro de 2024.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com observância das disposições emanadas da Lei da Sociedade por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

PRONUNCIAMENTO CPC	RESOLUÇÃO
CPC 00 (R2) – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA RELATÓRIO FINANCEIRO	RESOLUÇÃO BCB Nº 120/2021
CPC 01 (R1) – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	RESOLUÇÃO BCB Nº 120/2021
CPC 03 (R2) – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	RESOLUÇÃO BCB Nº 2/2020
CPC 04 (R1) – ATIVO INTANGÍVEL	RESOLUÇÃO BCB Nº 7/2020
CPC 05 (R1) – DIVULGAÇÃO SOBRE PARTES RELACIONADAS	RESOLUÇÃO BCBC Nº 2/2020
CPC 10 (R1) – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES	RESOLUÇÃO BCB Nº 8/2020
CPC 23 – POLÍTICAS CONTÁBEIS, MUDANÇA DE ESTIMATIVA E RETIFICAÇÃO DE ERRO	RESOLUÇÃO BCB Nº 120/2021
CPC 24 – EVENTO SUBSEQUENTE	RESOLUÇÃO BCB Nº 2/2020
CPC 25 – PROVISÕES PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES	RESOLUÇÃO BCB Nº9/2020

CPC 27 – ATIVO IMOBILIZADO	RESOLUÇÃO BCB Nº 6/2020
CPC 28 – PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO	RESOLUÇÃO BCB Nº 170/2021
CPC 33 (R1) – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	RESOLUÇÃO BCB Nº 59/2020
CPC 41 – RESULTADO POR AÇÃO	RESOLUÇÃO BCB Nº 2/2020
CPC 46 – MENSURAÇÃO AO VALOR JUSTO	RESOLUÇÃO BCB Nº 120/2021
CPC 47 – RECEITA DE CONTRATO COM CLIENTE	RESOLUÇÃO BCB Nº 120/2021

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização deles será de forma prospectiva ou retrospectiva para a elaboração das demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 28 de março de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional: a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de incerteza material que possa gerar dúvida significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

3 Descrição das políticas contábeis materiais

3.1 Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Apuração do resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência.

3.3 Uso de estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros ativos e passivos.

A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, cujo vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, contados da data da aplicação, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Essas aplicações são utilizadas pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.5 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias, de acordo com a intenção de negociação pela Administração, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068 de 08 de novembro de 2001:

- (i) Títulos para negociação: adquiridos com o objetivo de serem ativos e, frequentemente, negociados, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) Títulos disponíveis para venda: que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e
- (iii) Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados, pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Eventuais perdas não temporárias no valor justo dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período e passam a compor sua nova base de custo.

3.6 Outros ativos

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

3.7 Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com seu nível de risco, seguindo critérios que levam em consideração a análise econômica e os riscos em relação às operações, aos devedores e garantidores, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em oito níveis (de A a H), conforme abaixo:

Período de atraso	Classificação do cliente
- de 1 a 15 dias	A – 0,5%
- de 15 a 30 dias	B – 1%
- de 31 a 60 dias	C – 3%
- de 61 a 90 dias	D – 10%
- de 91 a 120 dias	E – 30%

- de 121 a 150 dias	F – 50%
- de 151 a 180 dias	G – 70%
- superior a 180 dias	H – 100%

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, serão reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecerão nessa classificação por seis meses, quando serão baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas serão mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas, anteriormente.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é considerada adequada pela Administração para cobrir as perdas prováveis e atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução anteriormente referida.

3.8 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Técnicos, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil:

- (i) Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- (ii) Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação; e
- (iii) Obrigações legais - ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações fiscais e tributárias, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

3.9 Provisão para imposto de renda, contribuição social, PIS, Cofins e ISS

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados, quando aplicável, com base no lucro tributável ajustado nos termos da legislação pertinente, para o Imposto de renda a uma alíquota de 15%, com o acréscimo de 10% do adicional, e, para a Contribuição social sobre o lucro a uma alíquota de 9%. Os ativos fiscais diferidos foram constituídos de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional 4.842 de 30 de julho de 2020, a alíquota de 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

A provisão para o PIS e a Cofins foi constituída a uma alíquota de 1,65% e 7,60% respectivamente, sobre as receitas brutas considerando as exclusões e deduções da legislação vigente.

A provisão do ISS foi constituída a uma alíquota de 5% sobre o total de receitas de prestação de serviços.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta base tributável para IRPJ para a CSLL conforme detalhado na Nota Explicativa nº 16.

3.10 Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

3.11 Prestação de serviços

Intermediação de operações de crédito

- Refere-se as receitas de taxa de cadastro (TC).

Resultado com operações de crédito

- Refere-se as receitas de juros apropriados até a data da cessão dos ativos para os fundos de investimento.

A receita de prestação de serviços é reconhecida quando da conclusão dos serviços e aceite por parte do cliente de tal forma que todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

3.12 Resultados recorrentes e não recorrentes

A Geru SCD considera como sendo recorrentes, os resultados obtidos com suas atividades regulares e habituais, oriundas de suas atividades de origemação de crédito e cessão, prestações de serviços e demais gastos relacionados à manutenção de suas atividades.

São considerados resultados não recorrentes eventuais receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais, ou com baixa probabilidade de ocorrência em exercícios consecutivos.

3.13 Novas normas e (ou) interpretações emitidas ainda não aplicáveis

Resolução CMN nº 4.966

A Geru Sociedade de Crédito Direto S.A avaliou os impactos da Resolução CMN n.º 4.966 de 25 de novembro de 2021, a qual dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Tendo em vista a estrutura de sua operação, a saber:

- (i) Opera com emissão de instrumentos de crédito 100% cedidos sem coobrigações ou retenções de riscos, de forma a não estar exposta a riscos decorrentes de perdas com créditos;
- (ii) Não opera com derivativos ou operações de hedge, tão pouco consta em seu planejamento operar com tais instrumentos;
- (iii) Não presta garantias financeiras, tão pouco consta em seu planejamento operar com estas;
- (iv) Não opera com compromissos de crédito e créditos a liberar não canceláveis, incondicional ou unilateralmente, tão pouco consta em seu planejamento operar com estas;
- (v) O seu modelo de negócios objetiva única e exclusivamente manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, bem como os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.

Assim a Companhia não espera impactos relevantes em função da adoção da nova norma, que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025.

4 Disponibilidades

As disponibilidades são compostas da seguinte forma:

Disponibilidades	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Depósitos Bancários (i)	7.281	6.518
Total	<u>7.281</u>	<u>6.518</u>

(i) Refere-se ao saldo mantido em conta corrente de instituições financeiras de primeira linha.

5 Títulos e valores mobiliários

				<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
	<u>0 a 3</u> <u>meses</u>	<u>3 a 12</u> <u>meses</u>	<u>Acima de</u> <u>12 meses</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Letras Financeiras do Tesouro					
- LFT (i)			1.487	1.487	-
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.487</u>	<u>1.487</u>	<u>-</u>

(i) Refere-se à aplicação mantida em Títulos do Tesouro que possuem rentabilidade atrelada à Taxa Selic (Selic + 0,03%).

6 Operações de crédito

6.a. As operações de crédito estão representadas conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Empréstimo pessoal	54	-
(-) Rendas a apropriar - crédito pessoal	(7)	-
Total	<u>47</u>	<u>-</u>

6.b. Composição da carteira de crédito por tipo de cliente:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pessoa física	47	-
Total	<u>47</u>	<u>-</u>

As operações de crédito que compõem a carteira são cedidas para o fundo no mês subsequente à originação.

6.c. Classificação das Operações de crédito por níveis de risco:

Nível	Percentual de risco	<u>31/12/2024</u>	
		<u>Ativo circulante</u>	
		<u>Empréstimo</u>	<u>Provisão</u>
A	0,50%	47	-
Total geral		<u>47</u>	<u>-</u>
Provisão		<u>-</u>	<u>-</u>
Total líquido		<u>47</u>	<u>-</u>

7 Outros ativos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Impostos e contribuições a compensar (i)	48	64
Total	<u>48</u>	<u>64</u>

(i) Os valores referem-se ao saldo negativo de imposto de renda e contribuição social e ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras.

8 Fiscais e previdenciários

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
ISS	56	19
PIS	-	1
Cofins	-	6
IRPJ	81	12
CSLL	38	8
IOF	102	24
Outros	5	-
Total	<u>282</u>	<u>70</u>

9 Outras obrigações

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pagamentos a processar (i)	380	-
Prêmios de seguros a repassar (ii)	743	-
Outras obrigações	6	-
Total	<u>1.129</u>	<u>-</u>

(i) Refere-se ao saldo de empréstimos encarteirados no final de dezembro e pagos aos clientes no início do mês subsequente a originação. O montante é líquido de TC (Taxa de Cadastro) e IOF.

(ii) Refere-se à retenção de prêmio de seguro prestamista relacionados às operações de crédito.

10 Patrimônio líquido

10.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o capital social da Companhia, já aprovado, é de R\$ 6.000, dividido em 6.000.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, subscrito pelos acionistas Open Co Holding Limited (anteriormente denominada Geru Holding Limited), controladora, e Sandro Weinfeld Reiss.

O montante se encontra totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

Ao longo do primeiro semestre de 2022, a Geru SCD entrou com requerimento de aumento do capital mediante a emissão de 5.000.000 ações no montante de R\$ 5.000. Este valor foi recolhido integralmente em conta corrente bancária junto ao Banco Central do Brasil (“BACEN”) através do protocolo digital de número 18600.005005/2022-49 e se manteve bloqueado até conclusão da análise do requerimento.

No dia 13 de abril de 2023, o BACEN aprovou e disponibilizou em conta corrente bancária da Companhia o montante relativo ao aumento de capital. Após conclusão do pleito, a Companhia passou a ter 6.000.000 ações subscritas e um capital total de R\$ 6.000.

10.2 Reserva Legal

Em 31 de dezembro de 2024 foi constituído o valor de Reserva Legal no montante de R\$ 17 (R\$ 86 em 31 de dezembro de 2023), correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do Capital Social da Companhia.

10.3 Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, os acionistas terão direito a receber, como dividendo obrigatório, em cada exercício, um percentual equivalente a, no mínimo, 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, desde que aprovado pelos acionistas.

Em 31 de dezembro de 2024 foi constituído o saldo de dividendos obrigatório não distribuídos no montante de R\$ 305.939,90, a ser deliberado pelos acionistas em Assembleia.

10.4 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. A tabela a seguir apresenta os dados de resultado e as ações utilizados no cálculo do lucro básico e diluído por ação.

	Lucro do exercício - Em R\$ mil	Quantidade média ponderada de ações	Lucro por ação – básico e diluído – Em R\$
31/12/2024	323	6.000.000	0,05
31/12/2023	86	6.000.000	0,01

11 Receitas de prestação de serviços

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado com intermediação de operações de crédito (i)	12.500	7.927
Total	<u>12.500</u>	<u>7.927</u>

(i) Trata-se da receita oriunda de taxa de serviços aplicada sobre a originação de Cédulas de Crédito Bancário (“CCBs”).

12 Rendas de operações de crédito

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado com operações de crédito (i)	524	271
Total	<u>524</u>	<u>271</u>

(i) Trata-se de receitas de juros incorridos sobre as CCBs originadas, cuja cessão não ocorreu simultaneamente à data de originação, tendo assim incorrido alguns dias de juros até que a CCB fosse cedida.

13 Receita financeira

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	-	158
Resultado de aplicações em Letras Financeiras do Tesouro - LFT (ii)	91	-
Total	<u>91</u>	<u>158</u>

(i) Refere-se aos rendimentos das aplicações financeiras da Companhia em operações compromissadas relativas ao exercício de 2023.

(ii) Refere-se aos rendimentos das aplicações financeiras da Companhia em títulos do tesouro relativas ao exercício de 2024.

14 Outras receitas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado operações de crédito (i)	63	41
Recuperação de créditos	19	8
Outras	8	1
Total	<u>90</u>	<u>50</u>

(i) Trata-se da receita oriunda dos produtos BNPL e Limite.

15 Despesas administrativas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesas com auditoria e consultoria	(121)	(142)
Despesa de serviços do sistema financeiro	(153)	(43)
Despesas de publicações e cartoriais	(2)	(11)
Despesas com correspondentes bancários (i)	(11.434)	(7.267)
Outras despesas gerais	(93)	(321)
Total	<u>(11.803)</u>	<u>(7.784)</u>

(i) Valor trata-se de custos com correspondentes bancários, incorridos para originação de cédulas de crédito bancários (“CCBs”), através de suas plataformas digitais.

16 Despesas tributárias

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesas tributárias		
Impostos e taxas	(911)	(500)
Total	<u>(911)</u>	<u>(500)</u>

Os valores registrados em despesa referem-se a PIS/Cofins/IOF/ISS próprio.

17 Imposto de renda e contribuição social

17.1 Demonstração do cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre as operações do exercício:

	<u>31/12/2024</u>		<u>31/12/2023</u>	
	<u>IR</u>	<u>CS</u>	<u>IR</u>	<u>CS</u>
Resultado antes do imposto	458	458	119	119
Adições (exclusões) temporárias	12	12	-	-
Base de cálculo (antes PF e BNCS)	470	470	119	119
Consumo prejuízo fiscal	(51)	(51)	(36)	(36)
Base de cálculo (após compensação PF e BNCS)	419	419	83	83
IR/CS apurado	81	38	12	8
Ativo/passivo fiscal diferido	17	17	12	12

17.2 Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2024 não tivemos créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social, (R\$ 17 em 31 de dezembro de 2023 foram constituídos sobre o prejuízo fiscal e a base negativa de CSLL).

Os créditos tributários foram registrados contabilmente de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.842/20, constituídos a alíquota de 25% para a imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido.

A Geru SCD não possuía créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o saldo acumulado de créditos constituídos é de:

Créditos tributários por natureza	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	17
Total	<u>-</u>	<u>17</u>

A movimentação dos créditos tributários ativos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 pode ser demonstrada conforme abaixo:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo Inicial	17	29
Constituição	-	5
(Realização)	(17)	(17)
Saldo Final	<u>-</u>	<u>17</u>

18 Partes relacionadas

Para atendimento da Resolução nº 4.636/18 e ao Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, foram definidas como partes relacionadas:

- (i) Pessoal-chave dessa Companhia: todos os membros que compõem sua Diretoria. Não ocorreram pagamentos ou transações com membros da Diretoria no exercício findo em 31 de dezembro de 2024;

Empresas ligadas: Open Co Tecnologia e Serviços S.A e BizCapital Correspondente Bancário Ltda

- (ii) Controladora: Open Co Limited (anteriormente denominada Geru Holding Limited).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia incorreu nas seguintes transações com sua empresa ligada:

<i>Transações passivas</i>	Resultado do exercício		Contas patrimoniais	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Open Co Tecnologia	(10.997)	(7.927)	572	-
BizCapital CorBan	(437)	-	437	-
Total	<u>(11.434)</u>	<u>(7.927)</u>	<u>1.009</u>	<u>-</u>

Trata-se de serviços administrativos prestados em favor da Companhia, pagos pela Open Co Tecnologia S.A, bem como prestação de serviços de correspondência bancária em favor da Geru SCD.

19 Relacionamento com auditor independente

Para o adequado gerenciamento e divulgação da existência de eventuais conflitos de interesse a Geru SCD, como parte de suas práticas de governança corporativa, evidencia que não contratou quaisquer outros serviços, além da auditoria independente de suas demonstrações financeiras, dentre as quais estão consideradas as demonstrações financeiras desse patrimônio separado, junto à empresa Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., ou a quaisquer empresas ou pessoas a elas ligadas direta ou indiretamente.

20 Estrutura de gerenciamento de risco operacional, risco de mercado e risco de crédito e de gerenciamento de capital

20.1 Risco de crédito

O gerenciamento é feito pela área de Gestão de Portfólio, aplicando-se a política de crédito para monitorar os limites operacionais e evolução da carteira.

A gestão do risco de crédito trabalha com a coleta de documentação e toda informação necessária para a análise da operação.

20.2 Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira.

Na definição de risco de mercado incluem-se os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e preços de mercadorias.

Os procedimentos e as políticas adotadas pela Geru SCD estão em conformidade com as disposições regulamentares e as melhores práticas de mercado, e são avaliados periodicamente com o intuito em mitigar os riscos.

20.3 Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, ou de eventos externos.

A Geru SCD adota padrões de controles internos para minimizar e reduzir os riscos inerentes às suas atividades.

São efetuados os procedimentos de gerenciamento do risco operacional com testes periódicos para verificação dos controles e definição do plano de ação quando necessário, para a correção das deficiências e implementação de ações corretivas.

20.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da Companhia não ser capaz de honrar suas obrigações correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas além da ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis que podem afetar a capacidade de pagamento da Geru SCD.

Os procedimentos adotados pela Geru SCD estão em conformidade com a política estabelecida para identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos de liquidez, inerentes às operações da Companhia.

20.5 Gerenciamento de capital

O gerenciamento do capital é definido como um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Geru SCD, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Companhia está sujeita e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os seus objetivos estratégicos.

A estrutura de gerenciamento de capital foi implementada nos moldes da Resolução CMN nº 4.557/17, adotando-se a estrutura simplificada de gerenciamento de riscos, estabelecida para instituições enquadradas no segmento 5 (S5), nos termos do art. 2º da Resolução nº 4.553, e obedece aos seguintes preceitos:

- (i) É compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos da Companhia;

É proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, segundo critérios definidos pela Companhia.

21 Provisão para riscos judiciais

A Companhia possui 17 ações passivas cíveis, sendo 1 processo com prognóstico remoto, 14 processos com prognóstico possível no montante de R\$ 322 e 2 processos com prognóstico provável que estão devidamente provisionados, no montante de R\$ 12. A Companhia não possuía processos judiciais em 2023.

22 Eventos subsequentes

A Administração da Companhia não possui conhecimento de eventos subsequentes até a data de aprovação para emissão e divulgação das demonstrações financeiras.

* * *